



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social
Brasil

Pereira de Oliveira, Maria Luísa; Meneghel, Stela Nazareth; de Souza Bernardes, Jefferson
MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DE MULHERES NEGRAS: EFEITOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL
Psicologia & Sociedade, vol. 21, núm. 2, mayo-agosto, 2009, pp. 266-274
Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326666014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DE MULHERES NEGRAS: EFEITOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Maria Luisa Pereira de Oliveira
ONG Maria Mulher, Porto Alegre, Brasil

Stela Nazareth Meneghel
*Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil*

Jefferson de Souza Bernardes
Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil

RESUMO: Neste estudo, buscou-se compreender os efeitos da discriminação racial na identidade e subjetividade de mulheres negras atendidas no programa SOS Racismo/Porto Alegre/RS. Essa pesquisa fundamentou-se em um grupo dispositivo, cujo objetivo foi ouvir as narrativas das mulheres que sofreram atos de racismo/discriminação e agenciar outras referências identitárias. O referencial teórico-metodológico utilizado para analisar o material empírico produzido nos grupos foi o das práticas discursivas, entendidas como a forma pela quais as pessoas produzem sentidos para experiências como as da violência racial. Os repertórios interpretativos presentes nos diálogos enunciados pelas mulheres referiam-se à discriminação racial e ao racismo e sinalizavam a construção de estratégias de enfrentamento e resistência. Acreditamos que a intervenção produziu efeitos políticos de reflexão e mudança, na medida em que o grupo construiu novos sentidos para as violências sofridas, transformando a narrativa pessoal em uma denúncia pública.

PALAVRAS-CHAVE: práticas discursivas, mulheres negras, discriminação racial, identidades e subjetividades, estratégias de resistência.

BLACK WOMEN SUBJECTIVITY: EFFECTS OF RACIAL DISCRIMINATION

ABSTRACT: In this study, we investigated the effects of racial discrimination on the identity and subjectivity patterns of black women assisted through the SOS Racism Program in Porto Alegre/RS. The research was based on a discussion group whose objective was to listen to the women's narratives of racial discrimination and agency other identity references. The theoretical and methodological support used to analyze the information was the discursive practice. This practice refers to the way by which people produce meaning in social interactions, like experiences of racial violence. The interpretative repertoires used by the women in the group dialogues were about racial discrimination and racism and pointed to the construction of resistance strategies. We believe that this intervention produces political effects of reflection and change, in the way that the group worked out new meanings for the violence suffered, changing from a personal narrative to a public denounce.

KEYWORDS: discursive practices, black women, racial discrimination, identities and subjectivity, strategies of resistance.

Introdução – Falando sobre mulheres negras e violência

A violência racial e as repercussões nas identidades e subjetividades de mulheres negras constituem um tema de pesquisa ainda pouco estudado. O uso do conceito raça passou por transformações ao longo do tempo e, atualmente, tem sido entendido como um operador político, socialmente construído (Schwarcz, 1993; Seyferth,

2002). De acordo com Guimarães (1999), raça denota uma forma de classificação social, baseada em uma atitude negativa frente a certos grupos sociais e na atribuição da desigualdade social a características pessoais.

Na saúde coletiva, a categoria raça foi redescoberta recentemente e tem sido um operador sensível para identificar as desigualdades e as iniquidades que vulnerabilizam a população negra (Lopes, 2003). No entanto, é preciso não legitimar o conceito biológico de

raça, que desconsidera as determinações socioeconômicas e culturais das disparidades na saúde e na doença (Monteiro, 2004).

A categoria raça foi usada pelo Estado moderno, objetivando instaurar tecnologias de poder para a administração de populações, com vistas à constituição do corpo saudável da nação e à maximização das forças produtivas. O discurso racista foi elaborado junto à política de biopoder, ambos dispositivos disciplinares efetuados por meio do controle dos corpos da população (Anjos, 2004). Foucault (1997) afirmou que a hierarquização das raças é usada pelo Estado para fazer a distinção entre aqueles que devem viver e aqueles que devem morrer.

Nos últimos anos, o debate sobre a pertinência analítica da categoria raça emergiu com particular tensão (Anjos, 2004; Carneiro, 2003). Nessa discussão, há um grupo de pensadores que preconiza a não-cientificidade da categoria, enquanto que militantes e aliados do movimento negro e de mulheres negras defendem a utilização de raça como um conceito eminentemente político, que evidencia a existência de desigualdades ligadas à distribuição e ao acesso a equipamentos sociais, como serviços de saúde, educação, trabalho e às desvantagens geradas por condutas discriminatórias que limitam o acesso a esses bens (REDESAÚDE, 2003; PNUD, 2004).

Para aprofundar a compreensão do conceito raça, é necessário não perder de vista que ele se sustenta pela existência do racismo enquanto ideologia que, por sua vez, justifica a distribuição e a manutenção da riqueza e do poder na sociedade (Bairros, 2002). Guimarães (1999) diz que a realidade das raças limita-se ao mundo social e, portanto, o racismo é uma forma específica de naturalizar a vida social, explicando diferenças pessoais, sociais e econômicas, a partir de características biológicas. Portanto, compreendemos o racismo como uma ideologia que utiliza a noção de raça para segregar e oprimir, enquanto a discriminação racial constitui a atitude ou ação de distinguir, separar ou discriminar os grupos humanos (as raças), tendo por base ideias preconcebidas (Silva, 2001).

A fim de estudar os conceitos de identidade e subjetivação, adotamos a perspectiva dos Estudos Culturais. Essa corrente do pensamento compreende identidades como construções culturais constituídas simbolicamente, portanto, discursivamente. A revisão do conceito de cultura inaugurou a “virada cultural” que a situa no domínio simbólico, na produção de significações e perfazendo visões de mundo que são posições-de-sujeito no mundo. Essa concepção significa a interpelação da cultura no sentido de instigar indivíduos ou grupos a ocuparem determinadas posições, a se identificarem com determinados discursos, tomando-

os como verdades que se traduzem em significados políticos (Hall, 2003; Bernardes & Hoenisch, 2003; Guareschi & Bruschi, 2003).

Assim, os Estudos Culturais se aproximam do construcionismo social que enfatiza o poder do linguístico, do discursivo e do significado na constituição da sociedade e considera a subjetividade como parte do tecido relacional, da trama social em que todos os indivíduos estão inseridos (Domènech, Tirado & Gomez, 2001). Para Gergen (1985), o construcionismo localiza o conhecimento nos processos de intercâmbio social, e a pesquisa baseada nesse paradigma diz das maneiras pelas quais as pessoas explicam o mundo em que vivem, incluindo-se a si mesmas.

Neste estudo, entendemos subjetividade como um conceito operativo que permite a compreensão da dinâmica e da organização social a partir da indissociabilidade entre individual e coletivo (Nardi, 2006). Consideramos subjetividade não como interioridade ou capacidade latente, mas constituída por relações e ligações que produzem o sujeito como agenciamentos que, por sua vez, metamorfoseiam e mudam suas propriedades à medida que expandem suas conexões (Rose, 2001).

Dessa maneira, rompemos com as noções convencionais de identidade e de subjetividade e passamos a compreendê-las em uma rede discursiva, tratando-se de uma fixação em determinada posição na linguagem, constituída a partir da diferença, dos produtos do discurso e da cultura. As identidades se expressam na forma como se torna algo ou alguém em uma determinada composição de grupo, etnia, raça, gênero, família ou profissão. Identidades e subjetividades são móveis, intercambiantes, inscrevem-se em zonas de fronteira, nas quais os encontros com a diferença constituem novas combinações (Hall, 2003; Bernardes & Hoenisch, 2003).

O racismo produz discursos que procuram normalizar as diferenças entre os sujeitos, atribuindo-lhes a responsabilidade pelas desigualdades sofridas. Dessa maneira, são veiculadas normas e prescrições para a população negra, que funcionam como máquinas de agenciamento de identidades e subjetividades homogêneas, passivas e assujeitadas.

Grossi e Aginsky (2001) lembram que a violência contra as mulheres, embora esteja presente em todas as classes sociais, incide de maneira diferente entre os segmentos mais fragilizados da população, nos quais se incluem as mulheres negras. Caldwell (1999) refere que os estudos das feministas brasileiras ainda se recusam a ver as diferenças raciais, ressaltando que deixam implícita a suposição de que o racismo é um fenômeno individual e não um fenômeno social amplamente disseminado nas instituições e práticas sociais.

No entanto, é preciso evitar a vitimização das mulheres negras, desconsiderando as diferentes formas de resistência empreendidas pela população negra e pelas mulheres, de maneira peculiar. Ao trabalhar com a violência racial, é importante incluir como contraponto as potencialidades e as resistências que as mulheres negras vêm construindo ao longo do tempo..

É nesse contexto que se insere esse estudo, que busca compreender os efeitos da discriminação racial nas identidades e subjetividades de mulheres negras que sofrem violência racial, bem como as estratégias de resistência criadas por essas mulheres para o enfrentamento às violências.

Construindo o caminho da pesquisa

Essa pesquisa foi realizada junto ao programa SOS Racismo, realizado pela organização de mulheres negras Maria Mulher, em Porto Alegre. O programa tem como objetivo principal buscar, através da visibilização e denúncia dos crimes de violência racial, o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a transformação das relações étnico/raciais e, por conseguinte, a transformação da sociedade, para que afro-brasileiros tenham garantido o exercício pleno de sua cidadania.

O SOS Racismo acolhe e encaminha pessoas vítimas de racismo e discriminação racial e oferece atendimento jurídico, na perspectiva da aplicação do princípio constitucional que torna crime a prática da discriminação racial e do racismo. O programa também oferece atendimento psicossocial, considerando que a discriminação se constitui em um tipo de violência que causa prejuízos emocionais. A atenção interdisciplinar procura colaborar para o fortalecimento da identidade racial das beneficiárias, que chegam ao programa manifestando intenso sofrimento decorrente das discriminações (ONG Maria Mulher, 2000). As denúncias do Programa SOS Racismo evidenciam que o maior número de situações de discriminação racial ocorre nas relações de trabalho. As desvantagens geradas por atitudes discriminatórias acontecem ao longo de todo ciclo de vida socioeconômica da população afro-brasileira que, em sua maioria, encontra-se relegada às ocupações menos valorizadas socialmente, aos menores salários e às posições de subalternidade. A maioria das demandas tem sido encaminhada por mulheres que manifestam uma aguda compreensão da violação de direitos e da necessidade de reparação.

O material empírico da pesquisa foi obtido em um grupo de mulheres negras que denunciaram a discriminação racial, no programa SOS. Racismo. A opção por trabalhar com mulheres deveu-se ao fato de elas permanecerem mais tempo vinculadas ao serviço

e pela possibilidade de usar o referencial teórico dos estudos de gênero. Para realizar a intervenção, usou-se a estratégia de grupos dispositivos, ou seja, entendeu-se o processo grupal como possibilidade de transformação social, colocando em xeque o jogo de interesses e de poder travados no campo da pesquisa. O grupo foi pensado como um catalizador existencial capaz de produzir focos mutantes de criação, desbloquear o que se encontra paralisado, desfazer códigos homogeneizantes e agenciar novos modos de subjetivação (Barros, 1997). Os grupos representam um caminho para a construção de estratégias coletivas de resistência; portanto, o grupo dispositivo, não se reduz a um método ou técnica de pesquisa, mas a uma perspectiva metodológica aberta à inovação e capaz de sustentar transformações (Meneghel et al., 2003; Meneghel et al., 2005; Maraschin, 2004).

Desde o início, o movimento feminista propôs a organização de grupos de reflexão para discutir e problematizar as questões referentes às mulheres e questionar aspectos da ideologia patriarcal invisibilizados pela cultura. Para o movimento feminista, a questão primordial é política, ou seja, a de encontrar formas de combater a opressão das mulheres, por meio da denúncia e da intervenção social. Dessa maneira, os grupos de mulheres podem ser considerados uma estratégia de ação política, sempre que houver a possibilidade de reflexão e de ação (Zanella & da Ros, 2002). Perceber o grupo como político significa assumir que os atores produzem os seus enunciados a partir de um lugar social e que têm o poder de mudar as posições, já que somos produtores ativos de nossas próprias histórias e capazes de operar transformações em nossas vidas. Os grupos de mulheres oportunizam a reflexão sobre direitos humanos, incluindo atitudes como sexismo/racismo, reforçam o poder de negociação nas relações e a luta pelos direitos, visando ao fortalecimento das mulheres e ao exercício da cidadania (Ramão, Meneghel, & Oliveira, 2005).

A constituição do grupo de mulheres negras compreendeu várias etapas, facilitadas pelo fato de uma das pesquisadoras possuir uma trajetória como militante do movimento negro e fazer parte da equipe da organização não governamental. Foram convidadas oito mulheres, sendo quatro ainda vinculadas ao serviço de atendimento psicossocial (que haviam realizado denúncias nos últimos três meses) e quatro afastadas do serviço (que denunciaram a discriminação há mais de seis meses). Por ocasião do convite, foram explicados os objetivos do estudo para todas elas, de acordo com os princípios éticos do projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Os grupos foram realizados com frequência semanal e compreenderam três sessões, com duração média de

uma hora. Os diálogos produzidos nos grupos foram gravados, transcritos e nesse artigo centramos a análise no segundo encontro, porque foi naquele momento que as participantes começaram a construir estratégias de enfrentamento à discriminação racial.

O planejamento do grupo previu um encontro inicial com espaço para relatos sobre as histórias de vida; no segundo encontro, trabalhamos as identidades e o que significa ser mulher negra nesse contexto histórico e social, por meio de fotografias das participantes do grupo e de *portfólios* de mulheres negras, buscando acionar referências identitárias afro-brasileiras. No terceiro momento, ouvimos narrativas de resistência, relatos de transgressões e subversões ao modelo racial hegemônico, agenciando outros modos de subjetivação.

Para realizar a análise do material produzido nos grupos, utilizamos o referencial das práticas discursivas, ancorado em Ibañez (2004), Iñiguez (2004) e Spink (2004). As práticas discursivas entendem a linguagem como um instrumento de realização de ações constituindo um caminho privilegiado para entender a produção de sentidos em relação ao cotidiano e aos fatos sociais (Spink & Frezza, 2004; Meneghel & Iñiguez, 2007). Elaboramos mapas dialógicos após a transcrição dos diálogos grupais (Spink & Lima, 2004; Bernardes, 2004; Stolte, 2005), para entendermos as múltiplas modalidades das falas e evidenciarmos os temas principais do estudo. Essas ferramentas permitem identificar os repertórios interpretativos usados pelas pessoas nas conversas do cotidiano, constituídos por vocábulos, expressões e figuras de linguagem, assim como a posição de cada um dos falantes e a interação que ocorre nos diálogos.

As participantes da pesquisa utilizaram vários repertórios: o da denúncia do racismo e da discriminação racial, o dos efeitos do racismo em relação às identidades e subjetividades e, entremeadas aos demais, as estratégias que elas utilizam para enfrentar a discriminação racial.

Identificamos esses repertórios a partir de sucessivas e cuidadosas leituras dos materiais transcritos, procurando padrões ou organizações recorrentes (Wheterell & Potter, 1996). Para Bernardes (2004), a utilidade dos repertórios encontra-se no fato de visualizar como os falantes confrontam-se nas conversações e como definem planos por meio da colocação estratégica de temas de conversação. Na análise dos repertórios, atentamos para a presença de dêiticos, elementos gramaticais que sinalizam a conversa, indicando a posição do falante no discurso e situações espaço-temporais. Interessaram-nos também as contradições que atravessam os repertórios e os enunciados dos falantes, mostrando hesitações, palavras refeitas, frases inacabadas ou superpostas, negações que se tornam afirmações em outros momentos das falas (Parker, 1992).

Das vozes silenciadas ao grito da denúncia

O grupo dispositivo foi constituído por sete mulheres do total de oito convidadas. As participantes foram identificadas por pseudônimos, visando preservar o anonimato preconizado pelos princípios da ética em pesquisa. Os pseudônimos escolhidos foram inspirados em mulheres negras que, ao longo de suas trajetórias de vida, desempenharam papéis de relevância na história de luta das mulheres negras brasileiras e mencionadas durante o processo grupal ao se discutir o protagonismo e ativismo político de líderes negras. São elas: Luiza Mahin – líder do levante de escravizados, a Revolta dos Malês na Bahia; Carolina Maria de Jesus – catadora de papéis e escritora; Lélia Gonzáles – ativista contra o racismo e o sexismo; Rita Maria, catarinense, conhecedora das rezas e chás; Saionara Santos – ativista do feminismo e movimento social negro, fundadora da ONG Maria Mulher.

As mulheres que participaram nos grupos encontravam-se na faixa etária de vinte e três a cinquenta e um anos; sozinhas ou casadas - os maridos de duas são negros e uma delas tem uma relação inter-racial; todas exercem profissões de nível médio e duas frequentam a universidade. As condutas discriminatórias que originaram a busca pelo SOS Racismo foram: ofensas verbais, injúria racial, discriminação no trabalho e acusação de oportunismo por solicitar o direito de pagar o menor valor entre dois preços marcados no mesmo produto em supermercado.

O repertório da discriminação racial foi o que apareceu em primeiro lugar e atravessou todo o trajeto grupal. As mulheres narraram situações de violência racial que motivaram a busca de ajuda em depoimentos carregados de emoção, com falas que diziam da tristeza, vergonha, culpa e do medo da repetição da agressão. A discriminação foi o gatilho que desencadeou a discussão, permitindo que as mulheres contassem e recontassem as violências sofridas e, por meio do diálogo e da narrativa, esboçassem enfrentamentos e estratégias de resistência. Ao romper com a posição de vítima, as mulheres constataram que o discurso da discriminação tem a função de inferiorizar o outro e fixá-lo na posição de subalternidade (Guimarães, 1999).

A discriminação racial estabelece relações hierarquizadas de poder entre as diferentes raças por meio da ideologia da raça dominante. Esses mecanismos atuam desrespeitando e menosprezando a identidade da população negra, produzindo sofrimento físico e emocional e modos de subjetivação que assujeitam e homogeneizam (Bento, 2002; Lopes, 2003; Bairos, 2002). Os discursos racistas funcionam como técnicas para moldar e reformar os “eus”, maximizando o ajustamento, a adaptação e a dependência (Rose, 2001).

Quando organizamos o grupo dispositivo para acolher mulheres que viveram situações de discriminação racial, falávamos de uma posição política de compromisso com a transformação social formulada por uma organização do movimento negro, em relação à qual nos colocávamos como militantes ou colaboradores. Queríamos ouvir os silenciados da história (Anjos, 2004; Thompson, 2002) e acolher essas mulheres de modo irrestrito, proporcionando um espaço de escuta solidária e não julgadora. Desejávamos se possível, agenciar outras referências identitárias e outros modos de subjetivação, para que cada falante no grupo, ao narrar a sua história e a história da violência vivida, pudesse pensar em si mesmo como um sujeito particular e singular.

Boltanski (2000) afirma que a denúncia de uma injustiça supõe a designação de um culpado ou de um responsável, que pode estar representado por uma sinédoque de abstração (o capitalismo, por exemplo) ou ser identificado e designado nominalmente. O denunciante precisa convencer outras pessoas, associá-las a seu protesto, mobilizá-las e, para isso, assegurar não somente que diz a verdade, mas também que essa verdade merece ser dita, e que a acusação individual ou coletiva, ao veredicto público, está à altura da injustiça denunciada.

Porém, mesmo tendo sofrido a violência e procurado a ONG para efetuar a queixa de discriminação, em muitos momentos as mulheres negaram a experiência de racismo, mostrando o quão forte é o processo social de invisibilização e naturalização do mesmo:

Lélia Gonzáles: *Eu acho que começa dentro do próprio lar [a discriminação], porque o próprio negro tem mania de não se valorizar. Então eu acho que é uma coisa que tá lá dentro enraizada que o negro é inferior, na minha casa sempre foi assim.*

No trajeto grupal veio à tona aquilo que habitualmente é silenciado e, em frases entrecortadas por hesitações, como que agregando elementos para entender a situação, as mulheres começaram a formular conjuntamente o discurso de denúncia:

Carolina de Jesus: *Se a gente começar a pensar, que é coisa assim que passa despercebido, na hora dá aquela raiva depois passa despercebido, depois aí quando chega um colega e fala, que eu comecei a pensar o que a gente sofreu....*

O diálogo entre Rita Maria, Luiza Mahin e Carolina de Jesus indica como as mulheres, por meio da linguagem, desnaturalizaram a gramática da discriminação. A argumentação foi sendo construída de modo reticente, mas plural, ou seja, em cada turno de conversação, as falantes contribuíram acrescentando elementos da experiência individual e, dialogicamente, foram desconstruindo o mito da igualdade racial existente no Brasil:

Rita Maria: *Você lembra a primeira vez que eu falei com você que nunca tinha sentido discriminação antes? Aí ela me falou dos dados que no Rio também tinha essa discriminação e tal, mas como eu nunca tinha sofrido. A gente só passa a saber*

Carolina de Jesus: *depois que sofre na pele.*

Rita Maria: *Então infelizmente foi aqui,... lá eu já tinha trabalhado...em vários lugares...não discriminava assim ... o comércio... sabe, não sei se é porque é uma cidade assim...de turismo (ri) os gringos e tal, admiram ... assim...a nossa cor. Talvez seja por isso que*

Luiza Mahin: *tu não tenha sentido*

Rita Maria: *eles não discriminem tanto, assim, se vai trabalhar em loja, comércio, eu acho que não discriminam isso aí, a cor da pessoa, não olham isso, porque é uma mistura. Agora aqui [no Rio Grande do Sul] é mais difícil, né. Eu achei aí depois a gente começa a enxergar*

Luiza Mahin: *É, depois da primeira vez parece que tudo fica mais claro.*

A construção partilhada no grupo dispositivo possibilitou às mulheres identificarem o discurso que encobre o racismo, encararem sua existência, perceberem os efeitos que gera e legitimarem a necessidade de justiça. Segundo Boltanski (2000, p. 238), pode ser mais importante reabilitar uma vítima injustamente acusada, por meio da condenação moral de quem a prejudicou, do que qualquer sanção material ou legal. Esse desejo de reparação foi explicitado na afirmação de Saionara Santos: *o que eu quero é fazer cessar uma situação de ironias e piadas racistas por parte do colega de trabalho, um pedido de desculpas e não uma compensação monetária.*

Percebemos nos enunciados formulados pelas participantes do grupo essa necessidade de convocar o grupo a escutar a denúncia da violação de direitos e a tomar partido ante a injustiça cometida (Boltanski, 2000; Garay, Iñiguez & Martinez, 2003). Esse fato aponta a importância dos movimentos sociais antirracismo, dos programas como o SOS Racismo e de políticas públicas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial, que proporcionem à população negra um lugar onde a denúncia adquira legitimidade e passe da perspectiva individual a uma perspectiva de direitos.

A violência racial constitui um constante ataque às identidades e subjetividades dos excluídos, por meio da veiculação de um discurso que estabelece o padrão cultural dominante, capitalista, branco e andrógino, ao qual a população negra é constantemente pressionada a se adaptar e moldar (Bento, 2002). A dominação racial estabelece ao racialmente dominado o lugar da deson-

ra, o lugar de objeto do desejo do outro. O racismo e o sexismo se reforçam mutuamente, na medida em que ocorre uma potencialização entre a dominação racial/étnica e a dominação de gênero e faz com que grupos racialmente dominados estejam como que circulando por territórios de outrem (Anjos, 2004). Esse processo confina as mulheres negras ao patamar inferior do sistema de dominação/exploração, ou na expressão de Rita Maria: *mulher negra não tem valor mesmo prá nada...* Nos discursos das mulheres, ficou patente o quanto as discriminações de gênero e raça se potencializam nas práticas cotidianas. Assim, as piadas que as mulheres são obrigadas a ouvir, não são apenas racistas, mas também sexistas. E os maridos, brancos e negros, não se mostraram solidários à necessidade de justiça expressa pelas mulheres, tentando dissuadi-las de seguir o processo.

Stuart Hall (1997; 2003) afirma o valor estratégico dos discursos de identidade diante do racismo, enfocando o jogo da diferença, a natureza intrinsecamente hibridizada de toda identidade, e das identidades diaspóricas em especial, entendidas como um lugar onde se assume uma costura de posição e contexto. No grupo, constatamos que os repertórios de identidade racial incluíram tanto elementos de assujeitamento e submissão, quanto referências identitárias autônomas. O partilhar das histórias de discriminação e violências, possibilitou às mulheres o confrontar-se com o que é ser negra na sociedade atual, agenciando outros modos de viver a vida, não só individuais, mas grupais, na medida em que as narrativas são atos sociais e coletivos (Rose, 2001).

No processo de resistir, o primeiro movimento parece ser o rompimento do silêncio, quando o narrador conta sua história de dor e de violência. A partir dessa troca, já que o contar de uma história implica sempre uma audiência, é possível a reconstrução da própria história, a partir dos cacos do passado (Gagnebin, 2004). Falando sobre discriminação e submissão, as mulheres perceberam o quanto elas lutam e puderam se orgulhar de si mesmas e da identidade negra. Assim, afirmou uma das narradoras, *agora eu posso enfim me orgulhar das raízes que a gente tem, porque o negro, quando veio, batalhou muito prá sobreviver*.

Para homens e mulheres negras, romper com o assujeitamento implica a ativação de poderes, incluindo o reconhecimento do pertencimento racial, a valorização da identidade e o exercício da cidadania. Isso significa sair do papel de passividade, de objeto do outro, e protagonização de suas próprias vidas. Rita Maria contou da atuação em rede da família que, pautada numa prática dialógica, está construindo uma referência de identidade autônoma para a netinha:

Rita Maria: *E o pior, minha netinha tem três anos, quando ela foi prá escola, ela dizia assim, 'vó eu não sou preta', eu falava 'você é preta, nós somos pretos' e*

ela ficava assim só falando que não era preta. Ai depois quando minha nora foi na escola, as colegas eram tudo clarinhas e ficavam chamando ela de preta. Agora ela tem cinco anos e a gente tá sempre falando com ela 'você é negra, você é linda, maravilhosa'.

As narrativas são um dispositivo fundamental na ressignificação das histórias de vida e na produção de sentidos para situações de doença, de dor e de injustiça (Meneghel & Iñiguez, 2007). Por meio das narrativas, as mulheres nos contaram como empreenderam estratégias para enfrentar as discriminações e as violências e, embora eivadas de contradições e fragmentos do discurso dominante, permitiram romper com a posição de assujeitamento, passividade e vitimização.

Aprendemos no grupo que as estratégias de resistência compreendem ações individuais: *eu acho que a característica que eu tenho é assim que eu sou, que eu tenho garra, vou à luta, sou uma lutadora*. E compreendem também ações coletivas, como o diálogo, a atuação cidadã, a busca de referências culturais, a militância política e a participação em movimentos sociais, especificamente no movimento negro. Lélia Gonzáles apontou alternativas à discriminação para além da esfera privada, pensando em uma ação abrangente, de caráter público e social:

Eu acho que isso a gente traz um pouco das próprias raízes que a gente tem, porque o negro, quando veio, batalhou muito pra sobreviver, apesar de todas as dificuldades que surgiram e de todo o desenvolvimento do negro desde a escravidão, eu acho que o negro conseguiu sobreviver de forma digna (...) A gente precisa desenvolver uma educação e colocar nas nossas cabeças que nós temos valor...

Quando as mulheres se referiram aos modos que encontraram para enfrentar as discriminações raciais, elas falaram na primeira pessoa do singular; porém, na denúncia, o *eu* que fala é coletivo, é um *eu* que se torna *nós* quando encontra um ouvinte que se solidariza e se alia às lutas da população negra. Bairos (1995), ao falar que o pessoal é político, não quer dizer a primazia de um sobre outro, mas a compreensão de que o pessoal pode se constituir em ponto de partida para a conexão entre politização e transformação da consciência.

Ao discutirem a experiência de denúncia e enfrentamento à violência racial, houve um momento em que as mulheres puderam brincar, fazer jogos de palavras e de humor. Ibañez e Iñiguez, (2002) salientam a importância da ironia como um recurso que questiona e solapa os discursos dominantes, ou seja, como se constitui em recurso de resistência usado pelas classes populares e pelos aliados do poder. Nesse sentido, ouvimos as mulheres ironizarem o estereótipo que lhes atribui o silêncio e o espaço da cozinha como o suposto lugar das mulheres negras.

Lélia Gonzáles: *Eu acho que pela minha característica eu fui discriminada porque se eu ficasse quietinha lá no canto...*

Carolina de Jesus: *Ah! Não...*

Luiza Mahin: *Ah! Com certeza se tu ficasse na sombra, tu não ia incomodar tanto, entre aspas, certas pessoas.*

Pesquisadora: *Acho que o que a Lélia tá dizendo é que a gente tem uma espécie de lugar determinado socialmente pra ocupar...*

Rita Maria: *na cozinha.*

Pesquisadora: *que é o que as pessoas esperam.*

Luiza Mahin: *da mulher, principalmente.*

Vários repertórios se cruzaram no grupo: o da discriminação racial, o dos efeitos do racismo e as estratégias de enfrentamento. Embora tenhamos identificado esses três repertórios, salientamos que trabalhar com repertórios não significa a descoberta de uma verdade ou que outros entendimentos não teriam sido possíveis (Meneghel & Iñiguez, 2007). De qualquer maneira, os repertórios que elegemos neste estudo abarcam muitos aspectos do processo vivido pelas mulheres em situação de violência racial, ou seja, as narrativas das violências sofridas, o mal-estar físico, emocional, cultural que a discriminação produz, o dar-se conta da discriminação como uma violência, o romper com o silêncio e partir para o enfrentamento e a denúncia, muitas vezes a despeito da opinião de familiares e amigos. Sem dúvida, essas experiências de luta, atravessadas por avanços e retrocessos, contradições e ambivalências, incluindo a dificuldade de comprovar juridicamente a agressão sofrida, fazem parte do movimento contra-hegemônico de resistência encetado por essas mulheres e da construção coletiva de estratégias para intervirem e enfrentarem a violência racial.

Palavras finais...

Acreditamos que essa pesquisa trouxe algumas contribuições para compreender os efeitos da discriminação racial nas identidades e subjetividades das mulheres negras. A construção do conhecimento sobre a violência racial, produzida à luz dos pressupostos teóricos da psicologia social e da saúde coletiva, precisa ser incorporada à agenda das políticas públicas para o combate à violência contra as mulheres, considerando as especificidades das mulheres negras. Essa foi uma pesquisa com aspectos de intervenção psicossocial, pois não esquecemos que a pesquisa (Maraschin, 2004; Minayo, 1997; Spink, 2000; Paulon, 2005) é dotada de caráter político, e que a ciência é uma prática social.

A identidade racial negra de uma das pesquisadoras contribuiu de maneira fundamental para o estudo, pois possibilitou o estabelecimento de identificação no grupo dispositivo, e espaço para as participantes verbalizarem sentimentos e efeitos provocados pela discriminação. O pertencimento racial compartilhado aguçou a compreensão das narrativas de discriminações e violências e permitiu à pesquisadora ser afetada do mesmo modo que as mulheres do grupo. Essa pesquisa surgiu do desejo de que a experiência implicasse mudança para todas as participantes e pesquisadores. Essa implicação manifestou-se na postura ética de pedir permissão para conduzir o grupo em um caminho desconhecido que, certamente, traria sofrimento, mas também a possibilidade de agenciar subjetivações, inventar ações de resistência, e quem sabe, posicionar-se politicamente para lidar com a discriminação racial e o racismo.

Não podemos deixar de assinalar a constituição do ponto de vista feminino negro, formulado pelas feministas afro-americanas e apresentado por Luiza Bairros (1995). As feministas consideram contribuição intelectual não apenas o conhecimento produzido na academia, mas aquele criado por mulheres que expressaram suas experiências cotidianas como mães, professoras, líderes comunitárias, escritoras, empregadas domésticas, abolicionistas, militantes pelos direitos civis, artistas populares e tantas outras. Assim como as nossas Luizas Mahin, Ritas Maria, Lélías Gonzáles, Saionaras Santos e Carolinas de Jesus. A tarefa para valorizar a narrativa das mulheres negras, mesmo nos seus aspectos contraditórios, é potencializar afirmativamente essa narrativa, por meio da reflexão e da ação política.

Referências Bibliográficas

- Anjos, J. C. dos (2004). Etnia, raça e saúde: sob uma perspectiva nominalista. In S. Monteiro & L. Sansone (Orgs.), *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos* (pp.97-119). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Bairros, L. (1995). Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, 3(2), 458-463.
- Bairros, L. (2002). III Conferência Mundial contra o racismo. *Revista Estudos Feministas-Dossiê*, 10(2), 169-170.
- Barros, R. B. de (1997). Dispositivos em ação: o grupo. In G. Barembliitt (Org.), *Coleção SaúdeLoucura. Subjetividade - questões contemporâneas* (pp. 183-191). 6. São Paulo: HUCITEC.
- Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone & M. A. S. Bento (Orgs.), *Psicologia social do racismo* (pp. 25-59). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bernardes, A. G. & Hoenisch, J. C. (2003). Subjetividades e identidades: possibilidades de interlocução da Psicologia social com os estudos culturais. In N. M. F. Guareschi & M. E. Bruschi (Orgs.), *Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social* (pp.159-182). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Bernardes, J. S. (2004). *O debate atual sobre a formação em psicologia no Brasil – permanências, rupturas e cooptações nas políticas educacionais*. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, PUCSP, São Paulo.
- Boltanski, L. (2000). *El amor y la justicia como competencias. Tres ensayos de sociología de la acción*. Buenos Aires: Amorrortu Eds.
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina* (2ª ed.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Caldwell, K. L. (1999). *Ethnographies of identity: (re)constructing race and gender in contemporary Brazil*. Austin: University of Texas.
- Carneiro, S. (2003). Mulheres negras, violência e pobreza. In Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher. Plano Nacional: *Diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas* (pp. 10-19). Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Domènech, M., Tirado, F., & Gómez, L. (2001). A dobra: psicologia e subjetivação. In T. T. Silva (Org.), *Nunca fomos humanos: nos sentidos do sujeito* (pp.111-136). Belo Horizonte: Autêntica.
- Foucault, M. (1997). *Il faut défendre la société: cours au Collège de France*, 1976. Seuil: Gallimard.
- Gagnebin, J. M. (2004). Memória, história, testemunho. In S. Bresciani & M. Naxara (Orgs.), *Memória e res(sentimento). Indagações sobre uma questão sensível* (pp. 85-95) Campinas: Ed. UNICAMP.
- Garay, A., Iñiguez, L., & Martinez, L. (2003). *La perspectiva discursiva en psicología social*. Acesso em maio, 2005, em www.antalya.uab.es/liñiguez/materiales/perspetiva%20discursiva.pdf
- Gergen, K. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40, 266-75.
- Grossi, P. & Aguinis, B. (2001). Por uma nova ótica e uma nova ética na abordagem da violência contra as mulheres nas relações conjugais. In P. Grossi & G. Verba (Orgs.), *Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de esquecer* (pp. 9-45). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Guareschi, N. M. F. & Bruschi, M. (Orgs.). (2003). *Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guimarães, A S. A. (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34.
- Hall, S. (1997). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Revista Educação & Realidade*, 22(2), 15-46.
- Hall, S. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Brasília: Representação da UNESCO no Brasil.
- Ibañez, T. (2004). O giro lingüístico. Os fundamentos da análise do discurso. In L. Iñiguez (Org.), *Manual de análise do discurso em Ciências Sociais* (pp. 21-42). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ibañez, T. & Iñiguez, L. (2002). Telling stories about storytellers. *Athenae Digital*, 1, 64-74.
- Iñiguez, L. (2004). Os fundamentos da análise do discurso. In L. Iñiguez (Org.), *Manual de análise do discurso em Ciências Sociais* (pp. 43-79). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lopes, F. (2003). *Mulheres negras e não-negras vivendo com HIV/AIDS no estado de São Paulo: um estudo sobre suas vulnerabilidades*. Tese de doutorado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Maraschin, C. (2004). Pesquisar e intervir. *Revista Psicologia e Sociedade*, 16(1), 98-107.
- Meneghel, S. N. et al. (2003). Impacto de grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade de gênero. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(4), 955-963.
- Meneghel, S. N. et al. (2005). Cotidiano ritualizado: grupos de mulheres no enfrentamento à violência de gênero. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(1), 111-121.
- Meneghel, S. N. & Iñiguez, L. (2007). Contadores de histórias – práticas discursivas e violência de gênero. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(9), 105-119.
- Minayo, M. C. (1997). *Pesquisa social – teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Monteiro, S. (2004). Desigualdades em saúde, raça e etnicidade: questões e desafios. In S. Monteiro & L. Sansone (Orgs.), *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos* (pp.45-56). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Nardi, H. C. (2006). *Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- ONG Maria Mulher. (2000). *SOS racismo: um serviço essencial para a cidadania*. Porto Alegre: Autor.
- Parker, I. (1992). *Discourse dynamics. Critical analysis for social and individual psychology*. London: Rutledge.
- Paulon, S. M. (2005). A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Revista Psicologia e Sociedade*, 17(3), 18-25.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2005). *Relatório de Desenvolvimento Humano: racismo, pobreza e violência*. Brasília, DF: Autor.
- Ramão, S. R., Meneghel, S. N. & Oliveira, C. (2005). Nos caminhos de Iansã – cartografando a subjetividade de mulheres em situação de violência de gênero. *Revista Psicologia e Sociedade*, 17(2), 79-87.
- Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (REDESAUDE). (2003). *Dossiê assimetrias raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde.
- Rose, N. (2001). Inventando nossos eus. In T. T. Silva (Org.), *Nunca fomos humanos: nos sentidos do sujeito* (pp.137-205). Belo Horizonte: Autêntica.
- Schwarz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Seyferth, G. (2002). Racismo e o ideário da formação do povo no pensamento brasileiro. *Cadernos Penesb*, 4, 13-32.
- Silva, M. A. da. (2001). Formação de educadores/ras para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In E. Cavalleiro (Org.), *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossas escolas* (pp. 65-82). São Paulo: Summus, 2001.
- Spink, M. J. (2000). A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva a interanimação dialógica. *Psico*, 31, 7-22.
- Spink, M. J. (Org.). (2004). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J. & Frezza, R. M. (2004). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano* (pp.17-40). São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J. & Lima, H. (2004). Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano* (pp. 93-122). São Paulo: Cortez.

- Stolte, D. (2005). *Saúde, alimentação e produção de sentidos de trabalhadores de uma indústria coureiro calçadista*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, UNISINOS, São Leopoldo.
- Thompson, P. (2002). *A voz do passado – história oral*. São Paulo: Paz e Terra.
- Wetherell, M.; Potter, J. (1996). El análisis del discurso y la identificación de los repertorios interpretativos. In A. J. Gordo & J. L. Linaza (Orgs.), *Psicologías, discursos y poder* (pp.63-78). Madrid: Visor.
- Zanella, A., Lessa, C., & Da Ros, S. (2002). Contextos grupais e sujeitos em relação: contribuições às reflexões sobre grupos sociais. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 15(1), 211-218.

Maria Luísa Pereira de Oliveira é Psicóloga, mestre em saúde coletiva (UNISINOS, 2005). Ativista do movimento negro. Atua na ONG Maria Mulher. Endereço: Trav. Francisco Leonardo Truda, 40 – sobreloja – Porto Alegre, RS.
Email: malupo@terra.com.br

Stela Nazareth Meneghel é Médica sanitarista. Doutora em Medicina(UFRGS, 1996). Pós-doutora em Psicologia Social (UAB, 2006). Professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, da Universidade de Santa Cruz do Sul e colaboradora do PPG Enfermagem/UFRGS. Endereço para correspondência: Rua Santa Cecília, 1899 ap. 404, Porto Alegre-RS CEP: 90420-041.
Email: smeneghel@hotmail.com

Jefferson de Souza Bernardes é Psicólogo. Doutor em Psicologia (PUC-SP). Professor da Universidade Federal de Alagoas.
Email: jbernardes@uol.com.br

Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial

Maria Luisa Pereira de Oliveira, Stela Nazareth Meneghel, Jefferson de Souza Bernardes

Recebido: 16/06/2008

Revisão: 23/04/2009

Aceite: 30/6/2009